

## 5. Considerações Finais

Esta dissertação abordou os desafios apontados por assistentes sociais que trabalham em uma Central de Recepção no município do Rio de Janeiro. Foram tocados diversos aspectos do seu cotidiano de trabalho. Não foi uma tarefa simples, pois mexíamos com questões que eram vividas na intimidade da experiência de cada uma das profissionais entrevistadas.

Apesar da abordagem temática ser da categoria do subjetivo, ou seja, da vivência profissional e pessoal de cada uma, as profissionais demonstravam muito interesse em contribuir para a pesquisa. As assistentes sociais queriam expressar o que estavam sentindo, ou melhor, precisavam falar e expor suas experiências sobre seu cotidiano de trabalho.

Neste final de trabalho aponto alguns elementos que considere significativos para o debate a respeito de um assunto tão complexo e ao mesmo tempo tão fascinante. Precisamos de uma rede de relações construída a partir de sensibilizações, debates e entendimentos em torno da temática. Consideramos que esta responsabilidade deva ser compartilhada entre muitos atores e não deve ser assumida exclusivamente pela Assistência Social. Destaca-se o importante papel da intersetorialidade, presente em nossos documentos de políticas.

Como apontamos, a falta de capacitação/ aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na Central de Recepção é um fator que também contribui para a angústia destes trabalhadores. Verifica-se que o assistente social é, muitas vezes, o único profissional de nível superior atuando na maioria das instituições.

Uma proposta alternativa à falta de capacitação dos assistentes sociais seria a constituição de grupos de estudo continuados realizados na própria instituição ou fora dela. Grupos periódicos que discutissem temas em torno da clientela atendida, da prática profissional e até mesmo de casos específicos (estudo de casos). Esta prática poderia possibilitar o conhecimento aprofundado do sujeito alvo desta política de

proteção e conseqüentemente uma maior segurança nas intervenções profissionais. A instituição de práticas de supervisão no interior dos abrigos pode ser outro instrumento importante, prática que é costume nos equipamentos de saúde mental – pós reforma psiquiátrica.

Os “profissionais da ponta”, ou seja, aqueles envolvidos na execução direta, indicam, através de seus depoimentos, algumas demandas, insistindo numa proposta de reformulação da política de atendimento, levando em consideração os seguintes aspectos:

a) A abordagem de rua é um trabalho complexo e não pode ser entendida ou confundida como uma tarefa de simples resolução, de possível intervenção de qualquer pessoa de “boas intenções”. Menos ainda como tarefa dos aparelhos repressivos do Estado.

b) As condições em que se encontram muitos equipamentos sociais, criados atualmente ou há mais de dez anos atrás. Os equipamentos não oferecem sustentação para um atendimento de qualidade, do ponto de vista de estrutura física e humana.

c) As novas demandas apresentadas pelos usuários. Os profissionais da execução da política social no município do Rio de Janeiro, dentre eles os assistentes sociais, têm identificado uma sensível mudança no perfil da população usuária e essas informações precisam fomentar propostas e projetos para viabilizar o atendimento das múltiplas faces das demandas emergentes.

Dessa forma, concluímos que proteção consiste em ações preventivas conjugadas, de maneira que contribuam para redução da situação de risco pessoal e social. Ao pensarmos em todas estas questões, estamos conseqüentemente refletindo sobre a potencialização da “Porta de Saída” e uma retaguarda capaz de dar suporte às demandas impostas pela a realidade.

Considero o momento favorável a mudanças, mesmo que instável devido à mudança de prefeito e governo. É um momento propício para lançarmos este debate para além dos muros da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. Aponto algumas razões para o meu otimismo: estamos vivendo um período de

renovação dentro desta referida Secretaria com a chegada, nos últimos cinco anos, de um grande número de novos assistentes sociais concursados. Profissionais comprometidos com uma assistência justa e democrática. Entretanto, como relatam nossas entrevistadas, muitas estão perdendo o fôlego, sentindo-se impotentes diante da realidade.

E assim, retomamos a pergunta anteriormente formulada pelos profissionais: “O que fazer?”. Em síntese, foram muitos os desafios apontados ao longo desta dissertação e muitas as perguntas que demandam novas respostas para que a atuação junto à população infantil e juvenil em situação de rua seja efetivamente atendida.